

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina				
Título:	Reunião Ordinária N. 39				
Local:	Sala de Reuniões do CNPA. Térreo do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	06/08/2014	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:45

Pauta da Reunião

14:00h - Abertura da reunião e Aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária

14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reuniões 2014

- Inclusão Nova Entidade

- Informativo ASPAR

- Apresentação da SRI (Promoção Internacional do Agronegócio)

14:30h - Discutir e sugerir alterações na IN 13 de 29/05/14 do MAPA - Diretor de Sanidade Animal do CNPC /Dr. Sebastião Costa Guedes

15:00h - Apresentação sobre os resultados da Assembléia Geral da OIE (zona livre de febre aftosa com vacinação no NE e Estado do Pará) e metas e estratégias do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) – Dra. Denise Euclides – Diretor Substituta do DSA/SDA/MAPA.

15:30h - Esclarecimentos sobre a Instrução Normativa nº 24/2014, publicada no DOU de 16 de julho, sobre os procedimentos operacionais a serem adotados nas exportações de animais vivos, com o objetivo de compilar e padronizar as ações que já eram executadas nas superintendências e serviços de vigilância agropecuária (SVAs) - Dra. Denise Euclides – Diretor Substituta do DSA/SDA/MAPA..

15:45h - Posicionamento da Câmara sobre propostas de normativos, que dispõem sobre o Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – Consultor da Câmara Setorial e membros

16:00h - Atualização de negociações internacionais - ABIEC /Fernando Sampaio

16:30h - Assuntos Gerais

16:45h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA	CNA	PR	
2	PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA	CNA	PR	
3	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
4	MAYRA FIGUEIREDO MARQUES	CGAC/SE/MAPA	PR	
5	ANTONIO JORGE CAMARDELLI	ABIEC	PR	
6	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

7	PÉRICLES PESSOA SALAZAR	ABRAFRIGO	PR	
8	BRUNO DE JESUS ANDRADE	ASSOCON	PR	
9	SEBASTIAO COSTA GUEDES	CNPC	PR	
10	HORÁCIO LOUREIRO TINOCO	FAMASUL	PR	
11	ARIOVALDO ZANI	SINDIRAÇÕES	PR	
12	ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES	SPA/MAPA	PR	
13	MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO	CNM	PR	
14	Denise Euclides	DSA	CO	
15	Alberto Gomes da Silva	DSA	CO	
16	Adilson Farias	SRI/MAPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

Abertura: A 39ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, foi aberta às quatorze horas e vinte minutos, do dia 06 de agosto de 2014, no Auditório Maior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Presidente da Câmara, Sr. Antenor Nogueira, que agradeceu a presença de todos os presentes.

Aprovação da Ata da 38ª Reunião: colocada em apreciação, a ATA foi aprovada pelos membros em totalidade, sem ressalva.

Avisos e informações da Presidência e Secretária da Câmara:

Ato contínuo, foi passada a palavra ao Secretário da Câmara, Sr. Francisco Facundo, que cumprimentou a todos e apresentou os informes a seguir:

Proposta de calendário da última reunião do ano de 2014:

Que ficou assim definido: 40ª Reunião, dia 4 de dezembro, em Brasília/DF.

Inclusão de Nova Entidade:

O Sr. Francisco Facundo apresentou a solicitação da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA para compor a Câmara.

DECISÃO: a nova entidade – ABIA - foi aprovada pelos membros presentes, na condição de Convidada Especial.

Informativo ASPAR: Facundo comentou sobre o trabalho da Assessoria Parlamentar, uma parceria com a Coordenação das Câmaras Setoriais e Temáticas, na qual aquela Assessoria levanta os Projetos de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, relacionados aos diversos segmentos e apresenta nas câmaras correspondentes. O Trabalho serve para melhor acompanhamento de Projetos de Lei da Câmara e Senado, com intuito de apresentar aos interessados. Todos os Projetos de Lei apresentados ficarão disponíveis no site da Câmara, no seguinte link: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Apresentação da SRI/MAPA (Promoção Internacional do Agronegócio):

O representante da Secretária de Relações Internacionais do MAPA, Sr. Adilson Farias agradeceu pelo espaço disponibilizado na Câmara em apresentar os trabalhos do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio. Explicou que a estratégia da Secretária é promover uma agenda positiva das ações de cada setor, por meio de Feiras

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Comerciais. O objetivo é aumentar a competitividade das empresas brasileiras por meio do contato entre o setor produtivo local e casos de *benchmark* em nível global. O *benchmark* é o intercâmbio técnico que inclui boas práticas produtivas, organização do setor, promoção comercial e inovação. O Sr. Luiz Caruso informou que para uma boa promoção comercial é interessante que todos os setores possam colaborar, enviando demandas a serem divulgadas de produtos que são importados e exportados. Essas demandas devem ser enviadas protocoladas para o Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio, que é a área responsável por toda a estratégia da divulgação. Ressaltou que é de extrema importância divulgar os trabalhos feitos pela área para fora do Brasil. As inscrições dos interessados em participar das feiras, deverão ser feitas on-line no site do MAPA: <http://www.agricultura.gov.br/internacional>. É importante ressaltar que é feita uma seleção para participação e são exigidos alguns requisitos, voltado para pequenas e médias empresas. Na sequência apresentou a Programação das Próximas Feiras Comerciais: outubro em Miami; novembro na China. Informações detalhadas bem como contato dos representantes da SRI, consta na apresentação no link: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Discutir e sugerir alterações na IN 13 de 29/05/14 do MAPA - Diretor de Sanidade Animal do CNPC /Dr. Sebastião Costa Guedes

O representante do CNPC, Sr. Sebastião Guedes, fez considerações ao tema e apresentou uma proposta para reformular a referida Instrução Normativa, que proíbe “a fabricação, manipulação, fracionamento, comercialização, importação e uso de produtos antiparasitários de longa ação que contenham como princípios ativos as *lactonas macrocíclicas* (avermectinas), para o uso veterinário e suscetíveis de emprego na alimentação de todos os animais e insetos”. Em sua opinião, essa proibição está colocando em risco a imagem da Inspeção do Brasil em outros Países. A IN foi muito criticada por algumas associações e foi objeto de polêmica nas mídias. Os fatores na IN são preocupantes, pois com o clima tropical do Brasil, o rebanho de parasitoses, bem como a *Rhipicephalus Microplus* (Carrapatos), têm sido extensivo e vem causando uma perda de U\$\$ 18 Bilhões. A grande presença desse parasita pode causar risco de *Zoonoses* (Febre Maculosa), Doença de *Lyme*, *Barbesioses*, *Borrelioses* e *Erlichioses*. Para evitar o risco, a sugestão é que o Brasil modifique o limite de resíduos de avermectinas para atender as exigências do mercado importador (EUA) e que venha a proibir o uso das lactonas macrocíclicas apenas para os últimos 5 meses da fase de engorda para abate. Segundo o Sr. Guedes, essa medida evitaria que houvesse banheiros carrapaticidas, poluição ambiental e acidentes e prejuízos ao bem estar animal. Concluiu dizendo que deseja que o trabalho em busca de entendimentos visando uma solução para a problemática em questão continue, e, se prontificando a colaborar. O Sr. Sebastião Guedes pediu o apoio da Câmara para tentar reverter esse quadro e, em nome do CNPC, se comprometeu em realizar gestões junto a ABIEC e SINDAN para obter uma plataforma de consenso a ser oferecida, como sugestão, ao Ministério da Agricultura.

DECISÃO: foi constituído um GT para elaborar uma proposta a ser apresentada ao Ministério da Agricultura, objetivando alteração da IN nº 13, que possa reverter esse quadro e atender às necessidades do segmento. O GT será composto pelo CNPC, Sebastião Guedes; ABIEC, Fernando Sampaio e Antônio Jorge Camardelli e SINDAN, Emilio Carlos Salani, sob a coordenação do primeiro. Ficou agendada a 1ª reunião do GT para o dia 13 de agosto às 14 horas, na sede da CNA.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Apresentação sobre os resultados da Assembléia Geral da OIE (zona livre de febre aftosa com vacinação no NE e Estado do Pará) e metas e estratégias do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA):

O Presidente agradeceu a presença da Dra. Denise Euclides, Diretora Substituta do DSA/SDA/MAPA, e a convidou a falar sobre o tema. Dra. Denise fez um relato sobre o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA que conta com uma estrutura do serviço veterinário oficial brasileiro em 5.570 Municípios. O programa conta com **Serviços Veterinários Estaduais**, que possuem 4.761 escritórios de atendimento, 1.740 unidades veterinárias locais, 4.049 médicos veterinários 5.438 auxiliares técnicos e 6.545 auxiliares administrativos. Em **nível Federal do MAPA**, conta com 1.282 médicos veterinários, 3.012 auxiliares técnicos e 330 auxiliares administrativos. Contudo existe no total um número de 5.331 médicos veterinários, 8.450 auxiliares técnicos e 6.645 auxiliares administrativos com um **total geral** de 20.426. O objetivo do Programa é erradicar a febre aftosa do Território Nacional e sustentar essa condição sanitária, por meio de implantação e implementação de um sistema de vigilância apoiado na manutenção das estruturas do serviço veterinário oficial e participação da Comunidade seguindo os seguintes fundamentos: 1) Critérios científicos; 2) Diretrizes internacionais de luta contra a febre aftosa; e 3) Responsabilidades compartilhadas entre Setor Público e Privado, dividido entre os **serviços veterinários estaduais** com o papel de execução, auditoria, sistema de informação e vigilância, fiscalização do comércio entre outros, cabendo ao MAPA, às atribuições as relações internacionais, coordenação nacional, apoio técnico/financeiro aos SVEs, registro e fiscalização da produção e comercialização de produtos veterinários; e Setor Privado com a responsabilidade de participar dos processos decisórios, manter cadastro da atividade no SVE, notificar suspeitas de enfermidades de notificação obrigatória, prestar informações regulares ao SVE de interesse da defesa sanitária dentre outras responsabilidades. As principais estratégias do PNEFA são: a implantação e fortalecimento das estruturas dos serviços veterinários oficiais e implantação progressiva e manutenção de zonas livres de febre aftosa (regionalização). Apresentou, ainda, a situação sanitária para febre aftosa no Brasil, que se encontra da forma a seguir: 77,2% do Território Nacional reconhecido como livre de febre aftosa e envolve 25 estados brasileiros; 99% do rebanho doméstico susceptível criado na zona livre; a última ocorrência de febre aftosa no Brasil foi registrada no estado do Mato Grosso do Sul, em abril de 2006; a última ocorrência de febre aftosa em Santa Catarina foi registrada em dezembro de 1993; o estado de Santa Catarina é reconhecido pela OIE como zona livre de febre aftosa sem vacinação, desde 2007. Na última reunião ocorrida em maio, obteve-se um reconhecimento Nacional do Programa que se expandiu em diversas regiões sendo: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Paraná. Com isso atualmente existe 77% da área do País em Zona Livre da doença. O DSA tem trabalhado com uma zona de proteção que envolve postos de fiscalização na zona livre sem vacinação, atividade na fronteira internacional localizada em Rondônia, com a Bolívia e vacinação oficial em terras indígenas na fronteira com a Venezuela, ativa desde 2010. Esses fatores têm contribuído para a redução significativa da doença. Concluiu falando sobre a formação do “GT Revisão da Política e estratégias” visando o fortalecimento das estruturas dos serviços veterinários oficiais e a implantação progressiva e manutenção de zonas livres de febre aftosa sem vacinação. A apresentação completa, realizada pela Dra. Denise, ficará disponível no site: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> com detalhamentos.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Esclarecimentos sobre a Instrução Normativa nº 24/2014, publicada no DOU de 16 de julho, sobre os procedimentos operacionais a serem adotados nas exportações de animais vivos, com o objetivo de compilar e padronizar as ações que já eram executadas nas superintendências e serviços de vigilância agropecuária (SVAs) -

Na sequência, a representante da DSA/SDA/MAPA, Dra Denise Euclides, fez uma breve contextualização sobre o assunto e convidou o representante da Coordenação de Trânsito da Quarentena Animal do DSA, Dr. Alberto Gomes da Silva, para falar sobre o tema. Dr. Alberto cumprimentou a todos, esclarecendo que a publicação da IN em comento, foi feita para atendimento há solicitações feitas em auditorias e aproveitando a oportunidade, o ajustou alguns pontos relacionados à Sanidade, Inspeção, dentre outros, que definem o sistema de importação de restituidos. Esses procedimentos já são aplicados no MAPA, já há algum tempo, e a única novidade imposta foi a troca do prazo para importação, que de acordo com o art. 9º, estabelece o prazo máximo de 5 dias. Concluiu ressaltando que a IN já foi publicada e colocando a Divisão que cuida de Trânsito e Quarentena à disposição do setor, acrescentando que até o momento, não existe procedimentos pendentes referentes à Instrução Normativa.

Posicionamento da Câmara sobre propostas de normativos, que dispõem sobre o Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – Consultor da Câmara Setorial e membros:

Sobre a proposta de Transporte Rodoviário de Cargas Vivas elaborada pelo DIPOA/SDA enviada a todos os membros, houve somente posicionamento da ABIEC.

O Secretário da Câmara pediu a todo que façam as devidas contribuições para posterior encaminhamento. A proposta de Transporte Rodoviário de Cargas Vivas consta no Link do MAPA: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> com detalhamentos. O representante da ABIEC, Sr. Fernando Sampaio, informou que saiu uma nova IN para bem estar animal, que necessita ser ajustada e poderá ser aproveitada como base nas contribuições da proposta.

Atualização de Negociações Internacionais - ABIEC /Fernando Sampaio-

O representante da ABIEC, Sr. Fernando Sampaio, fez um resumo do histórico de exportação, no período compreendendo 2000 a 2014, ressaltando que no ano de 2013 o Brasil bateu o recorde em Negociações Internacionais, tendo foco nas exportações que aumentaram significativamente no 2º semestre, onde a Rússia continua sendo o maior destino. Sobre a Arábia Saudita, informou que recentemente houve melhora na disposição saudita em negociar e que as autoridades sauditas solicitaram que o Brasil enviasse pedido formal de reabertura do mercado e uma documentação requerida pela SFDA para análise. Após análise da documentação por parte da SFDA, seguiriam as negociações de Acordos Sanitários Internacional e emitiram convite para missão técnica ao Brasil. Atualmente, o processo encontra-se na etapa "B". O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA enviou à Embaixada do Brasil em Riad, convite para a realização de missão técnica. O Japão impôs embargo à carne processada brasileira e reagiu à ocorrência do caso atípico de EEB do Mato Grosso. Órgãos japoneses responsáveis: Comissão de Segurança alimentar do Japão (FSC); Ministério da Agricultura (MAFF); Ministério da Saúde (MHLW). O Japão não reconhece o Princípio de Regionalização e nem a atipicidade de casos de EEB. No momento, a FSC aguarda, do Brasil, informações tanto do primeiro caso como do segundo caso de EEB. A respeito dos Embargos BSE, o Sr. Fernando disse que ainda há alguns detalhes de certificação a serem acertados com a África do Sul, porém com outros Países já estão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

acertados. Os **Estados Unidos**, País de destaque das negociações para Abertura de Mercado, realizou uma Consulta Pública sobre a importação de Carne desossada em 14 Países, com o Prazo estabelecido até o dia 21 de abril para analisar todas as solicitações deferidas na consulta. Não existe prazo para o fim da Consulta e nem para a publicação. Países envolvidos nas negociações para abertura de mercado: **Taiwan**: resolveu adotar as solicitações da OIE e possuem uma população grande e renda alta. **Tailândia**: enviou um questionário para processo de abertura de negociação e ainda está aguardando posicionamento do MAPA. O Sr. Fernando ressaltou a importância da contribuição de todos em responder o questionário elaborado, para adiantar os procedimentos de certificação. **Mianmar**: continua com os mesmos procedimentos. **Turquia**: apresentou interesse em exportar Gado Vivo, mas por questão sanitária, o processo está em avaliação. No geral, todos os Países que estão na lista do Organização Mundial do Comércio- OMC, devem seguir as solicitações da OIE para melhor estruturação da Negociação. O Mercado Indonésio é fechado à importação de carne brasileira, porque aquele país veta a importação de países não completamente livres da Febre Aftosa (Lei nº18/2009). O não reconhecimento implica na observância ao Artigo 6 do SPS, "Adaptação a condições regionais, incluindo-se áreas livres de pragas ou doenças e áreas de baixa incidência de pragas ou doenças". Em abril de 2009, houve acordo entre o Brasil e a Indonésia sobre o princípio da regionalização; pendentes estavam somente os acordos sobre o procedimento de certificação. Entretanto, em outubro de 2010, a Suprema Corte Indonésia considerou a referida regulamentação inconstitucional. A União Européia entrou na lista de negociação em 2008 e apresentou uma queda na importação. No dia 15 de outubro a OIE têm agendada uma visita à Rondônia para negociarem, mas não existem condições de proposta apresentável convincentes. Ainda existem barreiras Sanitárias e Técnicas empatando a negociação. Fernando concluiu dizendo que o Setor deve estudar melhor o contencioso do OMC, para aplicar uma melhor proposta. A apresentação realizada pelo Sr. Fernando Sampaio, consta no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Assuntos Gerais:

Não houve.

Encerramento:

Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às 16h32min, e eu, Mayra Figueiredo Marques, lavrei a presente ata.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

--

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------